

Partidos disputam comando da CMO, que se instala hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne hoje, às 14h30, para instalar sua nova composição e eleger a mesa para dirigir os trabalhos. O PT e o PMDB, duas principais forças governistas, ainda negociam a distribuição dos cargos mais importantes da comissão: a presidência e a relatoria geral do Orçamento de 2009.

Este ano, um senador vai relatar o projeto orçamentário. Maior bancada no Senado, o PMDB reivindica a relatoria. Seu líder, senador Valdir Raupp (RO), indicou Valter Pereira (MS) para a função. Mas o PT já manifestou seu interesse pelo cargo e oferece dois nomes: Delcídio Amaral (MS) e Aloizio Mercadante (SP).

O PMDB da Câmara, maior bancada naquela Casa, quer a presidência da CMO, sabendo que um mesmo partido não pode acumular a presidência e a relatoria geral.

Raupp deu a entender que está disposto a um acordo que favoreça seu partido na Câmara, onde o líder da bancada, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), já indicou o deputado Mendes Ribeiro (RS) para a presidência da CMO. Se o PMDB bater o martelo pela presidência do colegiado até a hora da reunião, o caminho fica aberto para uma composição com o PT no Senado em torno do nome do relator.

Dossiê: PT isenta Dilma; Agripino cobra apuração

Governo e oposição voltam a se enfrentar hoje na reunião da CPI dos Cartões Corporativos, quando devem ser votados requerimentos que pedem a divulgação de gastos da Presidência da República

A CPI dos Cartões Corporativos se reúne hoje, a partir das 9h, para examinar 53 requerimentos. Deve causar polêmica o que solicita a divulgação dos gastos dos governos Lula e Fernando Henrique. Ontem, o líder do DEM, José Agripino, propôs que a oposição denuncie o Poder Executivo à Procuradoria Geral da República por crimes de divulgação de segredo e ameaça. Em nota, a Executiva Nacional do PT isentou a ministra Dilma Rousseff de qualquer responsabilidade pela divulgação de dossiê sobre gastos de FHC. **Página 3**



Governistas prometem barrar requerimentos na reunião de hoje, que deve ser presidida por Marisa Serrano (D)

Comissão pode votar quebra de sigilo de dirigentes de ONGs

Páginas 4 e 5

CCJ deve examinar amanhã regras para escolha de suplentes

Página 4



Parlamento do Mercosul defende paz na região

Proposta de Aloizio Mercadante foi aprovada ontem na 8ª sessão plenária, em Montevideu. Texto pede que continuem predominando na América do Sul “a cooperação e a solução negociada dos conflitos”. **Página 8**

Parlamentares apelam também por assistência médica a Ingrid Betancourt

Senador critica movimento que visa permitir a penhora de imóveis de valores acima de mil salários mínimos

Sarney defende impenhorabilidade da casa própria

José Sarney (PMDB-AP) alertou para a existência de um movimento, em órgãos da imprensa e sites de internet, em defesa do fim da lei que proíbe a penhora da casa própria (o chamado bem de família) e de instrumentos de trabalho de cidadãos endividados. Segundo o senador, a lei (8.009/90) que assegura esses direitos foi acolhida durante seu mandato como presidente da República e se constitui em um “avanço social extraordinário”.

De acordo com Sarney, advogados a serviço do sistema financeiro tentaram, logo após a aprovação da lei, derrubá-la junto ao Supremo Tribunal Federal, mas foram derrotados. Entretanto, lembrou ter sido incluído “quase secretamente e sem discussão”, há alguns anos, artigo em projeto aprovado pelo Congresso que limitava a impenhorabilidade a imóveis no valor de até mil salários mínimos (R\$ 415 mil, em valores atuais). O parlamentar disse ter pedido ao presidente Lula que vetasse o dispositivo, no que foi atendido.

O senador denunciou o surgimento de um movimento que tentou levar o Congresso a derrubar o veto presidencial, atendendo a “interesses inconfessáveis”. Para isso, comentou, o movimento procurou desmoralizar aqueles que, como ele, defendem a lei da impenhorabilidade. Sarney ressaltou ter ficado surpreso com no-



Leopoldo Silva

Sarney: movimento tenta desmoralizar os defensores da lei aprovada em 1990

tícia publicada no fim de semana pelo jornal *Correio Braziliense*, em que se afirma que ele lutava pela manutenção do veto porque, dessa forma, não seria penhorada pela Justiça a casa do seu amigo e ex-dono do Banco Santos Edemar Cid Ferreira.

Sem fundamento

O senador observou que a notícia não tem fundamento porque a lei da impenhorabilidade da casa própria antecedeu em vários anos a intervenção do Banco Central no Banco Santos. Com o processo de intervenção, informou Sarney, o ex-controlador do banco acabou perdendo sua casa, que estava em nome de uma empresa. Pela lei, não é penhorável apenas “o imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar”.

– Quero advertir o Senado e a Câmara para que sejam vigilantes, para que não seja destruído o instituto da impenhorabilidade – alertou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

CPI dos Cartões Corporativos

Às 9h30, será realizada a reunião da CPI Mista dos Cartões Corporativos para a votação de 53 requerimentos. O primeiro pedido da lista é de informações à Casa Civil da Presidência da República.

MPs trancam a pauta

A sessão deliberativa terá início às 14h. A pauta está trancada por MPs e projetos de lei de conversão.

Audiência discute combate à dengue, à febre amarela e à malária

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realiza, às 10h30, audiência pública para debater medidas de combate à dengue, à febre amarela e à malária. Estão

convidados, entre outros, os presidentes dos conselhos nacionais de secretários estaduais e municipais de Saúde, Osmar Terra e Helvécio Magalhães Júnior; e o secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Gerson Penna.

CAE vota projeto sobre falta anual ao trabalho

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h. O primeiro dos dez itens em pauta é o projeto de lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT) – (Decreto-Lei 5.452/43) – a fim de garantir ao trabalhador uma falta ao serviço por ano, sem prejuízo da remuneração, para tratar de assuntos pessoais.



CPI das ONGs

A CPI das Organizações Não-Governamentais vota requerimentos às 14h.

Crédito educativo

O primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que analisa 16 proposições, a partir das 11h, é o projeto de lei que institui o programa de crédito educativo para estudantes de programas de pós-graduação.

Pedofilia

Às 14h, a CPI da Pedofilia discute questões administrativas e vota requerimentos.

Instalação de subcomissão para acompanhar fóruns sobre as águas

Às 11h30, será realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Em pauta, nove proposições, entre elas

quatro projetos de lei que alteram o Código do Consumidor (Lei 8.078/90). Após a reunião, será instalada a subcomissão temporária destinada a preparar e acompanhar

as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água. No encontro, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

CCJ debate PEC sobre parlamentarismo

A proposta de emenda à Constituição que institui o sistema parlamentar de governo será discutida em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) às 14h. Estão convidados para o debate os cientistas políticos Octaciano Nogueira e Antônio Octávio Cintra.

Orçamento elege novos membros

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) instala a nova composição. O colegiado reúne-se no Plenário 2, do Anexo II, da Câmara dos Deputados. Os 30 deputados e dez senadores que a compõem elegerão a Mesa diretora para esta sessão legislativa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim, Papaléo Paes e Mão Santa

Fotos: Leopoldo Silva



Sibá comemora o aumento no número de empregos formais no país

Sibá festeja dados da economia e expansão da classe média

Os números positivos da economia foram destacados por Sibá Machado (PT-AC). O senador comemorou o fato de que, em dois anos, 20 milhões de brasileiros saíram da pobreza e emergiram para a classe C, o que, segundo reportagem da revista *Veja*, “captulou o consumo e expandiu a classe média, deixando o país a

um salto do desenvolvimento”.

Sibá também assinalou aumento de postos de trabalho com carteira assinada. Ele frisou que o mês de fevereiro de 2008 teve o mais alto nível de formalização do mercado de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do país desde 2002.

– Essa formalização recorde

reflete o aprimoramento da economia e a mudança da estrutura no mercado de trabalho, com aumento do poder de compra dos trabalhadores, da contratação de crédito e do consumo – disse.

O senador acrescentou que também o rendimento médio real dos ocupados – R\$1.189,90 – cresceu nas seis principais regiões metro-

politanas em fevereiro. E afirmou que o crescimento atual, de 5,4% do produto interno bruto (PIB), é o maior desde 2004 e é liderado pelo mercado interno.

– E a demanda interna foi impulsionada pelo consumo das famílias, que cresceu 6,5%, e pelos investimentos, que expandiram 13,4% – avaliou.

Governo e oposição voltam a medir força em CPI

Pedido de abertura de gastos de presidentes e primeiras-damas deve causar maior polêmica. Governistas são contrários

Governo e oposição voltam a se enfrentar hoje na votação de 53 requerimentos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos. Um deles – que deve causar mais polêmica – solicita o envio de todos os dados de despesas com cartão corporativo, contas tipo “B” (usada por servidores

públicos para despesas governamentais) e outros mecanismos feitos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela primeira-dama Marisa Letícia, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e pela ex-primeira-dama Ruth Cardoso. Os parlamentares governistas já anunciaram que são contrários a

qualquer requerimento que abra o sigilo dos gastos do presidente Lula.

Os demais requerimentos pedem informações sobre o uso de cartões corporativos de ministérios, secretarias, órgãos, autarquias e empresas do governo, além do Tribunal de Contas da União e da Presidência. Em

alguns requerimentos, o prazo dado para envio das informações é de 15 dias. Um dos requerimentos é endereçado à empresa de aluguel de veículos Victory Rent a Car e outros dois pedem que sejam colocados à disposição da CPI um funcionário do Banco do Brasil e outro do Banco Central.



Ideli destaca crescimento da classe C, “provocado pela ascensão social”

Ideli propõe debate sobre “o bom momento do país”

Ao comentar a aprovação popular ao governo do presidente Lula, demonstrada em pesquisas divulgadas recentemente pelo Ibope e pelo Instituto DataFolha, Ideli Salvatti (PT-SC) destacou “ações positivas do governo” e cobrou dos senadores da oposição um debate mais aprofundado sobre “este bom momento do país”.

Segundo a senadora, a oposição no Senado ignorou “até mesmo dados sobre a subida de 11 pontos percentuais da aprovação de Lula no Sul, onde apresentava menores índices de aceitação”.

Ideli, no entanto, focou seu discurso em notícias sobre “o impressionante crescimento da classe C, superando uma situação onde os pobres e miseráveis foram sempre maioria”.

– Cerca de 12 milhões de pessoas saíram das classes D e E, em um ano. São dados de ascensão social, mas nenhum dos senadores falou sobre isso. Novidades otimistas como essa deveriam ter o realce que merecem, além de serem discutidas, como forma de melhorar e aperfeiçoar a legislação.

De acordo com a senadora, outro tema de grande relevância, divulgado pelos jornais, também passou despercebido pelo Senado e mereceria um debate qualificado: a queda do índice de trabalho infantil. Conforme frisou, embora os dados sejam positivos, o tema ainda merece ampla discussão, “uma vez que, segundo o IBGE, 5 milhões de crianças ainda realizaram algum tipo de trabalho nos últimos 12 meses”.

Agripino sugere denúncia por ameaça e divulgação de segredo

Ao reclamar da ampla maioria governista na CPI dos Cartões Corporativos, o líder do DEM, José Agripino (RN), defendeu a adoção de medidas paralelas para viabilizar a apuração de responsabilidades no episódio do dossiê com dados sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique e de sua esposa.

Nesse caso, Agripino sugere que a oposição denuncie o Executivo à Procuradoria Geral da República pela prática dos crimes de divulgação de segredo e de ameaça, previstos no Código Penal. Também propõe o enquadramento legal do governo Lula por infração da Lei dos Crimes de Responsabilidade.

– O crime de responsabilidade, o crime de ameaça e o crime de divulgação de segredo são fatos que vou propor aos companheiros de oposição no sentido de argüirem a Procuradoria para que ela instale o processo de investigação, para que, se as evidências forem claras, se aplique a pena aos culpados, sejam eles quem



Para Agripino, maioria governista impede apuração sobre dossiê dos gastos de FHC

forem, ministra Dilma, ministro A, ministro C – disse.

Ao aludir a recentes matérias da revista *Veja*, informando sobre a existência do dossiê, e da *Folha de S. Paulo*, atribuindo a autoria do documento à secretária-executiva do Gabinete da Casa Civil, Erenice Alves Guerra, Agripino criticou a última versão sobre o caso, dada pelo ministro das Relações Institucionais, José Múcio, de que não existiria um dossiê, mas, sim, um banco de dados.

PT repudia notícias que envolvem Dilma em elaboração de dossiê

Nota do PT em repúdio a notícias que supostamente tentam envolver autoridades do governo, entre elas a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na elaboração de um dossiê contra integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso, foi lida ontem em Plenário pelo senador Sibá Machado (PT-AC).

Eis a íntegra da nota:

“Diante das notícias sobre a elaboração e divulgação de um suposto dossiê envolvendo o mau uso de cartões corporativos por membros do governo FHC, a Executiva Nacional do PT manifesta seu repúdio à tentativa de setores oposicionistas e de órgãos da imprensa de envolverem a ministra Dilma Rousseff no episódio. No momento em que o governo do presidente Lula apresenta os mais altos índices de aceitação e reconhecimento da sociedade,

e em que o PT cresce nas pesquisas de opinião, antecipando a possibilidade de importantes vitórias eleitorais em 2008, partidos de oposição e setores da imprensa tentam, de forma leviana e sem nenhuma prova efetiva, ligar autoridades a especulações fantasiosas. Uma análise dos fatos indica que a divulgação deste suposto dossiê mais parece obra de adversários do governo Lula do que de seus aliados. Assim sendo, a Executiva Nacional do PT firma posicionamento no sentido de: 1. Repudiar toda tentativa de setores oposicionistas e de órgãos de imprensa no sentido de envolver, sem provas e por suposições caluniadoras, qualquer autoridade governamental ou militante petista no episódio do vazamento de informações; 2. manifestar integral e pública solidariedade à ministra Dilma Rousseff.”

Heráclito acusa governistas de impedirem diálogo de alto nível

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que o governo é o responsável pela falta de “debate de alto nível” no Congresso, por agir de forma autoritária, preparando dossiês e impedindo a apuração de acusações com sua “tropa de choque”. A declaração

foi feita depois de a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), pedir debate de alto nível no Senado.

– O governo que prega o alto nível é o mesmo governo que, na calada da noite, articula dossiês e que vai às CPIs impedir que fatos sejam apurados, que monta

tropas de choque. O que impede o debate é a antecipação de candidaturas à Presidência – sustentou Heráclito.

Para ele, “o governo não tem autoridade moral para impor a pauta do Senado”. Ele entende que o esforço do presidente

“pode ser reconhecido, mas o desastre da política feita por seus aloprados” dificulta a discussão.

Heráclito entende que “a perseguição da popularidade nem sempre leva a bom caminho”.

– Neste momento, falta humildade e sobra arrogância – disse.

Márcia Kalume



A CPI pode apresentar projeto que tipifica a pedofilia como crime, inclusive quando praticada por meio da internet

Na CCJ, normas para eleição de suplente de senador

Deve ser votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o relatório de Demostenes Torres (DEM-GO) sobre sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que estabelecem novas regras para a suplência de senador. Na última reunião, no dia 26, o senador Marco Maciel (DEM-PE), presidente da CCJ, anunciou que o período de discussões sobre a matéria estava encerrado.

Demostenes defende que o su-

plente seja o segundo candidato mais votado. O relator também recomenda que o senador titular não possa se licenciar para ocupar cargos no Executivo – essa é uma das principais razões para a posse dos suplentes. Vários senadores manifestaram discordância com alguns itens do texto, entre eles, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo na Casa.

A pauta da CCJ contém outros 18 itens. Um deles é o projeto

(PLS 624/07) que torna obrigatória a licitação nos convênios realizados entre o governo e organizações não-governamentais (ONGs). Essa proposta é de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e recebeu voto favorável do relator, Jefferson Péres (PDT-AM).

Outro item é o projeto (PLS 244/06) de Marco Maciel que altera o Código Eleitoral para acabar com as restrições impostas ao eleitor que deixa de votar e não se justifica no prazo legal.

Geraldo Magalhães



Fátima Cleide, autora da proposta, quer complementar programas do CNPq e Capes

Projeto institui crédito educativo para pós-graduação

O projeto de lei da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que institui o crédito educativo para pós-graduação será examinado hoje pela Comissão de Educação (CE). O objetivo da proposta é complementar os programas de mestrado e doutorado administrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Também na pauta parecer de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) a projeto de Expedito Júnior (PR-RO) que propõe que empresas tributadas com base no lucro real deduzam do IR despesas com educação profissional.

Presidente da Eslovênia visita Garibaldi Alves

Na primeira visita de um chefe de Estado da Eslovênia ao Brasil, o presidente daquele país, Danilo Türk, encontra-se amanhã com Garibaldi Alves. O Brasil reconheceu a independência da Eslovênia em 24 de janeiro de 1992. Danilo Türk será recebido também pelo presidente Lula e pela presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie.

Valorização do idoso em debate

No próximo dia 12, o presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), promove, juntamente com a prefeitura de Novo Acordo (TO), o 4º Encontro Regional sobre Saúde, Direitos e Reinclusão Social do Idoso. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Geraldo Magalhães



Expedito Júnior propôs o debate sobre o projeto, que está em discussão na CAS

Profissão de economista pode ter regras alteradas

Audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debaterá amanhã o projeto que reformula a lei que regulamenta o exercício da profissão de economista (Lei 1.411/51). O debate foi proposto pelos senadores Expedito Júnior (PR-RO), relator da proposta, e Flávio Arns (PT-PR).

O projeto (PLS 658/07), do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e que será votado em decisão terminativa, institui normas sobre responsabilidade social dos economistas, inclusive com sanções administrativas. Para isso, institui o Código de Ética, a ser regulamentado pelo plenário do Conselho Federal de Economia.

Requerimentos estão na pauta

A reunião administrativa de hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia destina-se à votação de requerimentos. De acordo com a secretaria do colegiado, até o fim da manhã de ontem não havia definição de quais requerimentos serão analisados pelos parlamentares na reunião, que ocorrerá às 14h.

Além de elaborar um mapa da pedofilia no país, a comissão criada para investigar o uso da internet na disseminação desse tipo de crime deve propor mecanismos de colaboração internacional para o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes, de acordo com informações do relator, senador Demostenes Torres

CPI vota hoje com sigilos de dir

Presidida pelo senador Raimundo Colombo, comissão parlamentar que solicitam documentos a vários órgãos, como Polícia F

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais (ONGs) remarcou para hoje, a partir das 14h, reunião destinada à votação de requerimentos. Entre as matérias em pauta, constam pedidos de convocação de autoridades para prestar depoimentos e de transferência de sigilos de várias ONGs. Há também solicitações de documentos a vários órgãos do governo, como o Tribunal de Contas da União, Polícia Federal e Receita Federal.

No último dia 25, a CPI colheu o depoimento do presidente afastado do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), vinculada à Universidade de Brasília

(UnB), Antônio Manoel Dias Henriques. Ele falou sobre as denúncias de uso de recursos públicos da Finatec, no total de R\$ 470 mil, para aquisição de móveis de luxo para o apartamento funcional ocupado pelo reitor da UnB, Timothy Mulholland. Também negou que tenha sido o responsável pela liberação dos recursos e defendeu a existência dessas instituições de apoio às universidades.

No dia 4 de março, o promotor de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), afir-

Heráclito Fortes recebe ministro da Sérvia

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), recebe hoje o ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, Vuk Jeremic, que visita o país para intensificar as relações entre as duas nações. O Brasil é o principal parceiro comercial da Sérvia na América Latina.

Vuk Jeremic terá também reunião com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para discutir temas como a reforma da Organização das Nações Unidas.

José Cruz



CPI investiga a liberação, pelo governo federal, de recursos p

da comissão que investiga casos de pedofilia

DEM-GO).

O plano de trabalho apresentado por Demostenes foi aprovado no dia 5. O texto define as três linhas de ação dos trabalhos dos parlamentares: a CPI: pedidos de informações e de assessoramento a órgãos ligados ao combate à pedofilia; realização de atividades e visitas aos estados para ins-

peções; e tomadas de depoimentos. Conforme o relator, um dos resultados dos trabalhos da CPI deverá ser a apresentação de projeto de lei estabelecendo a tipificação do crime de pedofilia.

– É preciso tipificar o crime de pedofilia quando esta é externada, quando se torna abuso. É preciso uma

tipificação única, para todas as manifestações, o que vai exigir a inclusão dos crimes praticados pela internet, fazendo com que todos os responsáveis sejam punidos. Com a internet, o crime prosperou, sendo necessário desenhar mecanismos para combater essas práticas, que são internacionais – explica o relator.

vocação e quebra igentes de ONGs

ar de inquérito deve deliberar também sobre requerimentos
ederal, Tribunal de Contas da União e Receita Federal

mo que não via sentido na existência dessas fundações de apoio.

Nos depoimentos, os dois também discordaram sobre a aprovação das contas da Finatec. Segundo Antônio Manoel, o Ministério Público aprovou todas as contas da fundação entre 1992 (quando foi criada) e 1998, mas a partir de 1999 não houve resposta com relação aos balanços enviados.

Gladaniel, no entanto, enfatizou que não houve omissão por parte do Ministério Público, que simplesmente não aprovou as contas a partir de 1999 devido a irregularidades encontradas

na fundação.

Diante do impasse a respeito das contas da Finatec, o presidente da CPI, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), afirmou que realizará uma acareação entre Antônio Manoel e o procurador do MPDFT, com o objetivo de esclarecer as dúvidas.

Objetivos

Criada para apurar a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), a CPI também tem por objetivo investigar a utilização, pelas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir de 1999 até 8 de novembro de 2007.

Nomes para embaixadas serão examinados

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa na quinta-feira, em reunião às 10h, a indicação de Raul Campos e Castro para o cargo de embaixador nos Emirados Árabes Unidos. Estima-se que o comércio entre o Brasil e aquele país se intensificará com possível assinatura de acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Será também analisado o nome de Edgard Antônio Casciano para o cargo de embaixador na Síria.

Presidentes da Finatec falam sobre uso de verba

Serão ouvidos amanhã pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) os presidentes afastados do Conselho Superior e do Conselho Fiscal da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), da Universidade de Brasília (UnB), respectivamente Antônio Manoel Dias Henrique e Nelson Martin.

Eles prestarão esclarecimentos sobre denúncias de uso irregular de recursos da Finatec para mobiliar o apartamento funcional ocupado pelo reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland. De acordo com as denúncias, R\$ 470 mil dos recursos que deveriam ser destinados à pesquisa científica e tecnológica teriam sido liberados para o pagamento de móveis e acessórios.

Em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais na última semana, Antônio Manoel negou que tenha sido o responsável pela liberação de recursos da Finatec para mobiliar o apartamento funcional da reitoria da UnB. Segundo afirmou, a liberação é responsabilidade do diretor-presidente e do diretor-financeiro da instituição, e não do presidente do Conselho Superior.

– Entendo que esses recursos poderiam ter sido melhor aplicados, mas, como presidente do Conselho Superior, não tenho qualquer atribuição executiva. Essa questão do apartamento nunca foi levada ao conselho – afirmou à CPI das ONGs.

Antônio Manoel e Nelson Martin estão afastados dos cargos por determinação da Justiça do Distrito Federal, até que sejam concluídas as investigações a respeito do uso irregular de recursos da fundação.

Os efeitos do desmatamento na Amazônia



Aproximadamente **17%** da cobertura vegetal da Floresta Amazônica já foi destruída, provocando redução significativa da biodiversidade da região.*



O desmatamento aumenta as emissões de gases do efeito estufa, que provoca o aquecimento global.



Cerca de **75%** das emissões de gases no Brasil provêm do desmatamento e das queimadas, principalmente da Amazônia, deixando o Brasil como o quarto maior poluidor da atmosfera.



A redução na cobertura vegetal da Amazônia pode levar a secas prolongadas em todo o país, que é beneficiado pelas chuvas produzidas pela evaporação da grande quantidade de água doce (**12%** do total mundial) presente nos rios que cortam a floresta.



Com menos água, a produção agrícola brasileira pode ser reduzida, assim como a geração de energia hidrelétrica e o abastecimento de água nas demais regiões do país.

*Até 2006.

Fonte: Greenpeace (www.greenpeace.org/brasil).

Amazônia e fórum sobre águas são temas de novas subcomissões

Duas subcomissões temporárias devem ser instaladas hoje na Comissão do Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CMA), após reunião deliberativa marcada para as 11h30. A primeira acompanhará a crise ambiental na Amazônia. A segunda, as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água. Na instalação, serão eleitos o presidente e vice-presidente de cada colegiado.

Na pauta ordinária, há nove itens, inclusive propostas que alteram o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97). Será discutido também projeto que

estabelece retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água nas bacias hidrográficas.

Pela proposta (PLS 142/07), do senador Renato Casagrande (PSB-ES), as áreas de conservação e as benfeitorias nas propriedades rurais deverão ser consideradas na fixação do valor a ser cobrado pelo uso da água. O projeto tem parecer favorável do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE).

A CMA analisa também proposta que considera abusiva cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carne de pagamento. O projeto (PLS 690/07) é do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Projeto prevê estímulo financeiro para programas habitacionais

Municípios localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com população inferior a 25 mil habitantes e indicadores sociais e econômicos abaixo da média nacional, poderão receber benefício que deverá reduzir o déficit de moradias. Para isso, a União, ao efetuar transferências voluntárias para programas habitacionais e de saneamento básico, poderá reduzir, ou até mesmo dispensar, a contrapartida financeira municipal.

A medida depende da aprovação de projeto de lei da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), a ser examinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator, Cícero Lucena



Autora da proposta, Roseana quer estimular a construção de moradias

(PSDB-PB), é favorável à matéria. A proposta (PLS 331/06), que altera o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01), objetiva reduzir as desigualdades sociais.



úblicos para organizações não-governamentais

Fotos: Leopoldo Silva



José Nery endossa sugestão para que governo paraense conceda benefício

Nery apóia pensão à mãe do estudante morto em 1968

José Nery (PSOL-PA) endossou a proposta do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, para que o governo do Pará conceda pensão a Maria Souto Rocha, mãe do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto durante repressão a protesto contra a ditadura militar, 44 anos atrás.

O senador homenageou, em seu discurso, a memória do estudante e listou diversos acontecimentos que marcaram o ano de 1968. Informou ainda que Vanucchi fez a sugestão após considerar impossível a concessão pelo governo federal de pensão à mãe de Edson Luís depois que a União indenizou a família com R\$ 130 mil, quantia utilizada para a compra da casa na qual vive hoje Maria Souto Rocha. Assim, o secretário pediu à governadora Ana Júlia Carepa que envie projeto de lei à Assembléia Legislativa do Pará solicitando, nas palavras de José Nery, “uma pensão à família como parte do compromisso para reparar bárbaro crime”.

Homenagem

Nery assinalou que o então prefeito de Belém Edmilson Rodrigues (entre 2000 e 2004) deu o nome de Edson Luís a uma escola de ensino fundamental na cidade “como forma de homenagear o estudante, símbolo da revolta da juventude contra os horrores da ditadura”.

O parlamentar considerou ainda que os setores conservadores da sociedade brasileira não admitem que as reformas defendidas pelo presidente João Goulart – deposto pelo golpe de 1964 – poderiam tornar o Brasil um país mais democrático. Por fim, pediu ao governo que disponibilize ao público todos os arquivos secretos do período do regime militar.

Sibá Machado (PT-AC) afirmou, em aparte, que “o caminho do Brasil é o da democracia”. Mão Santa (PMDB-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizaram Nery por levar o tema à tribuna.

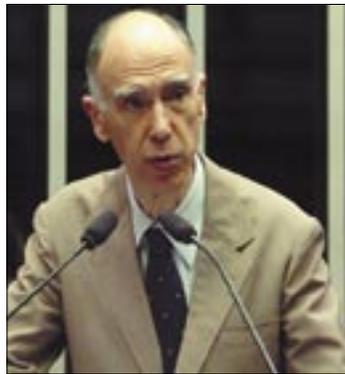
Senador observa que ampliação do período do mandato do chefe do governo implicaria realização de três eleições em quatro anos

Maciel aponta inconveniência de cinco anos para presidente

O senador Marco Maciel (DEM-PE) alertou ontem para os inconvenientes que um mandato de cinco anos para o presidente da República poderá gerar, caso seja implantado como deseja o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Maciel observou que, no atual modelo, um mandato de cinco anos implicaria a realização de três eleições a cada quatro anos.

– O que vai gerar os mesmos inconvenientes sob os quais vivemos no regime da Constituição liberal de 1946, em que a sucessão de pleitos levava sempre ao aumento vegetativo do eleitorado e à progressiva diminuição do número de votantes.

Maciel defende a manutenção do atual calendário, por assegurar a realização de pleitos a cada dois anos e permitir que as eleições para presidente e governadores ocorram sistematicamente com



Maciel defende modelo atual, com pleitos gerais e regionais separados dos locais

a escolha dos membros do Congresso Nacional e das assembleias legislativas, e as eleições para prefeitos se façam juntamente com as das câmaras municipais.

O senador lembrou que o país viveu “nefasta” experiência no período conhecido como República Liberal, sob a Constituição de 1946. Na época, assinalou, alguns

estados tinham mandato de quatro anos para governador e outros de cinco anos.

– Com a Constituição de 1988 e a fixação de nova data para as eleições, terminamos finalmente por adotar o atual calendário, cuja lógica se baseia na realização de eleições a cada dois anos, separando as eleições gerais dos pleitos locais, recurso graças ao qual nem se municipalizam as eleições nacionais e regionais, nem se federalizam os pleitos municipais. Trata-se do modelo aplicado há mais de dois séculos na democracia que possui o maior eleitorado do mundo ocidental, os Estados Unidos da América do Norte – afirmou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) considerou que a realização da reforma política pode estar “passando do tempo”.

Suplicy: um mandato é suficiente para governante cumprir programa

“Se Jesus Cristo teve apenas três anos para realizar obra ampla, profunda e duradoura, não há por que conceder mais de quatro anos a um presidente da República para realizar sua plataforma eleitoral.” É o que pensa o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), crítico do mecanismo da reeleição, embora favorável à volta de um presidente ao poder em eleição alternada.

A afirmação foi feita em breve pronunciamento, para comentar discurso de Marco Maciel sobre o sistema eleitoral brasileiro.

– Quando se tem claro o que se deseja, quatro anos são suficientes – sustentou, lembrando que Cristo preparou-se durante 30 anos para sua missão – disse Suplicy.

Assim como o senador pernambucano, ele também reiterou achar saudável que o povo tenha a oportunidade de expressar seus sentimentos nas urnas de dois em dois anos.

O senador petista observou ainda que o mandato de cinco anos criaria uma situação de dificuldade, “porque hoje está bem ordenada a alternância, a



Suplicy: Cristo realizou ampla obra em apenas três anos

cada dois anos, entre as eleições nacionais e as municipais.

Em aparte, Maciel ponderou que o mandato de cinco anos poderia levar à dessincronização entre o calendário eleitoral do Executivo e do Legislativo, com riscos para a governabilidade.

Papaléo questiona postura de Lula em discursos pelo país

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou a postura do presidente Luís Inácio Lula da Silva nas viagens que tem feito pelo país para liberar recursos destinados a obras e programas oficiais e para “fazer discursos populistas e eleitoreiros que envergonham a nossa sociedade”.

O senador condenou, princi-



Papaléo Paes: “Discursos eleitoreiros do presidente envergonham a sociedade”

palmente, o discurso feito por Lula na quinta-feira passada, em Recife, no qual disse ter ligado duas vezes para o presidente George W. Bush, dos Estados

Unidos. Papaléo avaliou que o presidente brasileiro usou termos pouco condizentes com o cargo que ocupa ao se referir ao presidente norte-americano.

– Bush, resolve a tua crise. Nós ficamos sem crescer durante 26 anos, e agora que estamos crescendo, vocês vêm atrapalhar, pô? Resolve a tua crise – declarou o presidente Lula aos pernambucanos, segundo lembrou o representante do Amapá, que comparou os termos usados aos de uma “conversa de botequim”.



Mão Santa critica envio de soldados para o combate à dengue no Rio

Mão Santa culpa Lula por problemas que afetam o país

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou, em Plenário, que o presidente Lula é o culpado pelo “desastre na segurança, na educação e na saúde” vivido hoje pela sociedade brasileira. O senador criticou o chefe do governo por disponibilizar soldados para combater a dengue no Rio de Janeiro.

– É um desrespeito a nós, que somos médicos – frisou.

Para Mão Santa, os integrantes do governo federal “perderam o senso” ao acusarem o prefeito César Maia pela epidemia, em vez de ajudá-lo a combater a doença. Lembrou que não há dengue “na Cuba de Fidel Castro” ou na Venezuela “do doido do [presidente Hugo] Chávez”.

O senador mostrou um jornal do Piauí com a manchete: “Calazar mata igual a dengue em Teresina”, para exemplificar que a saúde no país está mesmo ruim. Afirmou também que não se fazem mais enterros na capital piauiense à noite, com medo de assaltos.

Garibaldi

Ele citou frases da entrevista do presidente do Senado, Garibaldi Alves, publicada esta semana pela revista *Veja*. Nela, de acordo com o parlamentar piauiense, Garibaldi diz que o Parlamento está agonizando e que o Congresso Nacional está na UTI.

Mão Santa disse nunca ter visto tanta corrupção no país e mencionou outra frase de Garibaldi: “Muitos políticos usam o mandato apenas em proveito próprio”. Lamentou a constatação, feita pelo presidente do Senado, de que a maioria dos parlamentares se contenta em votar com o governo, liberar recursos para suas áreas de atuação e emplacar aliados em algum cargo, “sem saber o mal que, assim, fazem ao Legislativo”.

O senador ainda enfatizou a fala de Garibaldi segundo a qual, na política, “quem já entrou sem dinheiro tenta sobreviver, mas quem é liso não tem mais vez”.

– Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro – afirmou Mão Santa.

Fotos: Leopoldo Silva



Mozarildo aponta truculência da polícia na retirada de famílias de área em Roraima

Mozarildo protesta contra operação da PF na reserva Raposa Serra do Sol

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a Polícia Federal (PF) está realizando uma “operação truculenta” para a retirada de cidadãos brasileiros da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no norte de Roraima, próximo à fronteira de Roraima com a Venezuela. O senador apelou ao ministro da Justiça, Tarso Genro, para que seja

respeitada a dignidade de cerca de 300 famílias de não-índios moradores da reserva.

Segundo Mozarildo, é falso afirmar que essas pessoas são grandes plantadoras de arroz e comerciantes. Ele afirmou que se trata, na maioria, de pessoas pobres que residem há muito tempo na área, homologada pelo governo

em abril de 2005.

Naquela época, havia 458 famílias, 160 das quais foram indenizadas (em valores considerados baixos) para deixarem as terras, com a promessa de serem reassentadas. Entretanto, só 90 famílias teriam recebido novas terras, apontou.

– Contestamos essa demarcação desde o início, porque lá tem mais

minério do que índios. Queríamos uma solução pacífica, mas o presidente Lula não honrou as sugestões de comissões do Senado e da Câmara – queixou-se.

Segundo o parlamentar, o governo já teria gasto R\$ 2,2 milhões por operações mal-sucedidas anteriores e a atual já estaria em R\$ 4 milhões.

Para Heráclito, promessa de ministro cria falsa expectativa

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou a promessa de conclusão de obras no porto de Luís Correia, no Piauí, feita pelo ministro Pedro Brito, da Secretaria Especial de Portos, que, em companhia do governador Wellington Dias, visitou o estado no final de semana.

Ele considerou os recursos anunciados – R\$ 12 milhões – insuficientes para o término do porto e para a superação de problemas que impedem a conclusão da obra.

Um dos obstáculos, disse, seria a dificuldade entre o governo estadual e a empresa Indústria Naval do Ceará, que pode levar ao cancelamento do contrato de concessão e inviabilizar a transferência de recursos federais para a obra.

Outro problema, de acordo com Heráclito, seria o pouco tempo para alterar o projeto de engenharia para realização de licitação em etapas. O senador considerou também inviável a possibilidade de utilização do 3º Batalhão de Engenharia, que já trabalha na transposição do rio São Francisco, na realização das obras.

– Estou falando dessas questões para que não se coloque essa falsa imagem da inauguração em 2009 – advertiu o senador.



Heráclito: previsão de conclusão de porto ignora obstáculos para executar obras

Neuto de Conto elogia relatório de Dornelles para reforma tributária

Texto apresentado pelo relator da Subcomissão da Reforma Tributária, na opinião do senador catarinense, enriquece discussão e atende a expectativas da sociedade, que quer mudança

Neuto de Conto (PMDB-SC) elogiou o relatório preliminar de Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentado na semana passada à Subcomissão Temporária da Reforma Tributária. Na sua avaliação, o relatório vai enriquecer a discussão sobre o tema, que já tem uma proposta do Executivo em tramitação na Câmara. O senador destacou que o texto atende às expectativas da sociedade de mudança no sistema tributário.

– Depois de um ano de reuniões com os executivos estaduais e municipais, empresários e agentes do setor produtivo, o Senado deu um passo importante. Trata-se de uma peça a ser condensada em um novo código tributário, com leis de



Para Neuto de Conto, IVA federal e manutenção do Supersimples são avanços

rápida execução, em um capítulo da Constituição – ressaltou.

Neuto de Conto enalteceu o fato de o relatório sugerir o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), re-

colhido na origem e destinado à União. Destacou ainda a criação de um cadastro único para contribuintes pessoas físicas e jurídicas, compartilhado com os estados.

Ele assinalou que o relator propõe o princípio da anterioridade, pelo qual “nenhum tributo será criado ou majorado sem a devida análise do Congresso por ocasião da votação do Orçamento, até o dia 30 de junho de cada ano”. E lembrou que o Supersimples (sistema que substitui contribuições cobradas às empresas) foi mantido na proposta de Dornelles.

Neuto de Conto observou ainda que o relatório é preliminar e será discutido antes de apresentada a redação final para votação.

Senador critica restrições a venda e publicidade de bebidas alcoólicas

Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou uma medida provisória e um projeto de lei enviados pelo governo ao Congresso para disciplinar o consumo de bebidas alcoólicas.

O senador considerou absurda a proibição, estabelecida pela MP 415/08, de passageiros de ônibus de turismo, por exemplo, comprarem bebida alcoólica em um restaurante à beira de uma estrada federal. Enquanto isso, disse, motoristas que trafegam

pelas rodovias estão livres, por falta de fiscalização, para consumir bebidas trazidas de casa.

– A punição prevista na MP atinge aqueles que não dirigem, sem alcançar os que dirigem embriagados – disse.

Sobre o PL 2.733/08, Dornelles afirmou que a relação entre publicidade e aumento de consumo de bebidas alcoólicas não é referendada sequer pela Organização Mundial da Saúde para o combate ao consumo nocivo de álcool.



Fiscalização e punições a motoristas bêbados são mais eficazes, diz Dornelles

Para ele, a diminuição do abuso de bebidas alcoólicas virá com maior fiscalização nas estradas e com punições para motoristas que dirigem embriagados.



Líder do PMDB não acredita que vazamento de dossiê com dados de FHC veio do governo

Raupp pede solução para servidores do ex-território de RO

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), pediu que a Câmara vote proposta de emenda à Constituição que inclui os servidores do ex-território de Rondônia nos quadros em extinção da União – a exemplo do que foi feito com os servidores de Roraima e do Amapá. A PEC 87/03, de Fátima Cleide (PT-RO), foi aprovada há dois anos no Senado.

O senador pediu também que esses servidores sejam contemplados na proposta de reajuste do funcionalismo federal, a ser enviada pelo governo. Para Raupp, os servidores de Rondônia não devem ser discriminados no reajuste do governo. Ele lembrou que os funcionários do estado, com experiência e conhecimento, desempenham papel fundamental.

Em aparte, Expedito Júnior (PR-RO) reforçou o pedido para que a matéria seja votada na Câmara.

Raupp declarou ainda que não acredita que nenhum integrante do governo tenha vazado o dossiê com gastos realizados no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para ele, o vazamento foi feito “por alguém que não tem compromisso com o serviço público”.

João Pedro pede Universidade para a Amazônia

João Pedro (PT-AM) pediu a criação da Universidade do Pacto da Amazônia, para oferecer educação superior com foco na realidade da região e o atendimento a estudantes das nações da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A criação da universidade é objeto de projeto de lei (PLS 662/07) de sua

autoridade, que tramita na Comissão de Educação.

O senador informou ter participado, de 26 a 28 de março, de seminário sobre a Amazônia realizado na Universidade de Loja, no Equador. Na ocasião, foram debatidos temas como energias alternativas e questões sociais da região por represen-

tantes dos países que compõem a OTCA: Brasil, Colômbia, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname.

– Nós precisamos dominar a Amazônia, mas, para isso, só há um caminho: o do conhecimento. A melhor resposta ao debate internacional sobre o impacto ambiental e a

propriedade da Amazônia é o estudo da região – avaliou.

Para o parlamentar, a Amazônia pertence a cada país que possui terras na região. Mas ele acredita que esses países têm de se unir para aprender sobre a floresta, não apenas em benefício de suas populações, mas do restante da Humanidade.

Expedito quer ação civil nas três armas

Expedito Júnior (PR-RO) defendeu proposta de emenda à Constituição (PEC 87/07), de sua autoria, que dá ao presidente da República o poder de incumbir as Forças Armadas de “ações civis para o desenvolvimento nacional”.

Informado de que o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pretende apresentar voto contrário, Expedito lamentou o que chamou de “contradição”.

– Se as Forças Armadas estão participando do combate à dengue, como já participam de uma série de outras ações sociais, por que isso não pode constar do texto constitucional? – indagou.

Paulo Paim recebe homenagem na Ulbra

Paulo Paim (PT-RS) relatou em Plenário os principais pontos de discurso que fez no domingo, durante festa em sua homenagem, no Galpão Crioulo da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), em Canoas (RS).

– Foi um momento muito bonito; confesso que meu coração explodiu de orgulho, diante de tantos amigos e amigas – afirmou o senador, que completou 58 anos no último dia 15 de março.

Participaram da festa, segundo Paim, 2,5 mil pessoas, provenientes de vários estados brasileiros. O senador disse que havia pessoas do Amapá, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Jereissati participa de seminário do Bird

Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), participa, em Moscou, na Rússia, de seminário realizado pelo Banco Mundial (Bird) sobre Desenvolvimento Regional, que teve início ontem e se encerra hoje. Jereissati apresentará conferência sobre o modelo de desenvolvimento das regiões no Brasil, e sobre sua experiência como governador do Ceará, de 1995 a 2002.

Em declaração aprovada em Montevideú, Parlamento do Mercosul defende soluções negociadas para conflitos regionais



Fotos: Gerardo Angella

Mercadante (D) considerou grave o ataque da Colômbia a guerrilheiros da Farc no Equador

Parlamento pede saída pacífica para a crise Colômbia-Ecuador

O Parlamento do Mercosul aprovou ontem, durante a sua 8ª sessão plenária, em Montevideú, projeto de declaração, apresentado por Aloizio Mercadante (PT-SP), de apoio a uma saída pacífica para a crise entre Equador e Colômbia. O texto pede que a América do Sul continue sendo uma região em que “predominem a cooperação e a solução negociada dos conflitos, com vistas a sua integração nos marcos de democracias prósperas, estáveis e socialmente justas”.

O senador elogiou a condenação do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) à violação do território do Equador por forças militares colombianas, que ingressaram no país vizinho para atacar um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Em sua opinião, a rápida ação da OEA deverá inibir “quaisquer outras aventuras unilateralistas no continente americano”.

Após considerar “extremamente grave” o ataque da Colômbia aos guerrilheiros no Equador, Mercadante afirmou que o Parlamento do Mercosul deveria ter sido imediatamente convocado para discutir o tema, sem delegar a questão ao Grupo do Rio e à própria OEA.

– Este Parlamento não vai se firmar como instituição se não debater os temas relevantes do continente – alertou.

Foi também aprovado projeto de declaração, apresentado pelo deputado argentino Raúl Jeneffes,

de pesar pelo estado de saúde de Ingrid Bettancourt, seqüestrada há seis anos pelas Farc. Por meio do texto, o Parlamento apela ao direito humanitário para permitir a devida atenção médica a Ingrid e a todos os reféns que se encontram com dificuldades de saúde.

Conselho

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto de declaração destinado a apoiar a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, com a função de formular e coordenar uma estratégia conjunta para a região. A proposta chegou a ser incluída na ordem do dia, por decisão do Plenário, mas acabou enviada, por iniciativa de deputados uruguaios, à Comissão de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa. Com isso, a votação da matéria em Plenário só ocorrerá depois de uma decisão a respeito do tema pela comissão.

Zambiasi concordou com a análise de seu projeto pela comissão, mas registrou que a América do Sul “já tem maturidade suficiente” para lidar com crises como a que envolveu Equador e Colômbia.

Durante o debate, Romeu Tuma (PTB-SP) informou que a Polícia Federal brasileira iniciou cursos sobre o crime organizado e o narcotráfico para policiais dos demais países do Mercosul. Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) observou que a própria América do Sul buscou uma solução para o conflito, “sem a ingerência das grandes potências”.

Pressa para gratuidade de vistos a estudantes e docentes

Foi aprovada ontem pelo Parlamento do Mercosul proposta de recomendação a todos os países-membros do bloco para que internalizem o mais rápido possível o Acordo sobre Gratuitidade de Vistos para Estudantes e Docentes. Até o momento, apenas a Câmara de Deputados do Uruguai aprovou o acordo. A proposta recebeu parecer favorável de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Foi também anunciada a criação de uma comissão especial que analisará a atual situação do Mercosul. Esse colegiado contará com o apoio de consultores técnicos especializados e debaterá temas como a implantação da união aduaneira, as atuais deficiências do processo de integração e a futura possibilidade de adoção de uma moeda única pelo bloco.

O Parlamento decidiu também promover audiência pública sobre a usina hidrelétrica de Itaipu, que tem sido um dos principais temas da campanha eleitoral no Paraguai. O país escolherá seu próximo presidente no dia 20 de abril.

Dois outros projetos foram aprovados. O primeiro estabelece



Cristovam Buarque apóia acordo que garante vistos grátis no Mercosul

um acordo interinstitucional entre o Parlamento do Mercosul e a União dos Parlamentares do Mercosul (UPM). O segundo projeto apóia a iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025, promovida por Guatemala e Brasil e apoiada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS) apresentou o relatório final da Comissão Especial sobre Febre Aftosa. Entre as conclusões do texto estão as de que deve haver maior transparência nas ações praticadas pelos organismos governamentais.

Mesquita Júnior propõe calendário para as comissões temáticas

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), propôs ontem o estabelecimento de um calendário próprio para as comissões temáticas do Parlamento. O senador lamentou que as comissões tenham tido pouco tempo para se reunir e analisar os projetos que posteriormente seguiriam para o Plenário.

Por sua vez, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu que as sessões mensais sejam marcadas de forma alternada. Em determinado mês, as sessões ocupariam uma segunda-feira e uma terça-feira. No mês seguinte, elas ocorreriam em uma sexta-feira e um sábado. Dessa forma, os parlamentares brasileiros não perderiam as reuniões de comissões e as sessões plenárias do Congresso Nacional.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos aprovou recomendação ao presidente do Parlamento do Mercosul para que este indique representantes



Mesquita Júnior lamenta que comissões tenham tido pouco tempo para se reunir

da comissão para participar, de forma permanente, do Foro de Altas Autoridades em Direitos Humanos da América do Sul. O objetivo da iniciativa, segundo o deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG), seria o de uniformizar a política de direitos humanos.

Na Comissão de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca, foi apresentado relatório sobre a atual situação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).